



EDUCAÇÃO JESUÍTICA: CONTEXTO, SURGIMENTO E DESDOBRAMENTOS

Carin Carvalho¹

Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)
carinbnu@al.furb.br

Carlos Odilon da Costa²

Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)
carrlosodiloncosta@gmail.com

Célia Regina Appio³

Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)
regippio@yahoo.com.br

Neide de Melo Aguiar Silva⁴

Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)
cvnet@furb.br

RESUMO

Este estudo se ocupa da apresentação e análise do período histórico que marcou o início da educação no Brasil. Tal período, chamado jesuítico, pode ser caracterizado como do século XVI a metade do século XVIII, e está relacionado com a colonização do Brasil. Discute inicialmente o contexto histórico e os movimentos sociais, políticos e culturais que foram cenário para o desenvolvimento da educação jesuítica na Europa. Posteriormente, reconstrói o cenário de institucionalização da educação jesuítica no Brasil. Em paralelo, apresenta uma leitura da educação brasileira atual, na busca das possíveis raízes decorrentes do movimento jesuítico no Brasil. São tomadas como referência para leitura e apresentação das discussões, as concepções que permeiam as diretrizes legais, as práticas pedagógicas e os diversos discursos da educação atual.

Palavras-chave: História da Educação, Educação no Brasil, Educação Jesuítica.

¹ Mestre em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) – SC – Brasil. Bolsista da Capes. Professora da Rede Pública Municipal de Blumenau – SC.

² Mestre em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) – SC – Brasil. Professor da Rede Pública Municipal de Blumenau – SC.

³ Mestre em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) – SC – Brasil. Coordenadora Pedagógica da Rede Pública Estadual de Blumenau – SC.

⁴ Professora do Programa de pós-graduação em Educação da FURB. Doutora em Educação.



INTRODUÇÃO

Entender o presente de nossa história educacional brasileira, sem antes compreender no seu passado, os processos sociais, as forças, relações e ideais que se estabeleceram e proporcionaram que determinados grupos e modelos educacionais detivessem a hegemonia nos processos escolares, em proveito de seus interesses, é uma estratégia pouco sustentável. Retomar a história da educação constitui-se um esforço para apresentar e compreender a construção histórica da escolarização, bem como suas principais perspectivas teóricas, políticas, sociais, históricas, culturais e ideológicas.

Para tal, este estudo se detem na apresentação do período histórico que marcou o início da educação no Brasil. Este período, chamado de jesuítico, pode ser caracterizado como do século XVI até metade do século XVIII, e está relacionado com a colonização do Brasil. Embora tenhamos acreditado por muito tempo que a escolarização fosse um processo inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento, a inserção e apresentação da construção histórica da mesma, permitiu compreender que a seleção dos conhecimentos e a organização dos tempos/espacos escolares constituem estilos privilegiados de poder, regulação social e imposição cultural.

De acordo com Silva (1996), o interesse pelo início da história da educação do Brasil não é reconhecer como se estruturava e selecionava o conhecimento escolar, bem como os tempos/espacos escolares no passado, mas compreender como esta forma de organização curricular alcançou o presente influenciando nossas práticas e concepções de ensino.

A análise histórica da educação deve levar em consideração que as seleções que se faz, seja com relação aos conteúdos, seja com relação à organização dos tempos/espacos escolares, não é nunca natural e produz constantemente subjetividades e identidades determinadas. Quem tem força e está legitimado para dizer o que se inclui ou exclui no currículo não está indiferente para “com a *inclusão* ou *exclusão* na sociedade”. (SILVA, 1996, pg. 81)



A EDUCAÇÃO JESUÍTICA: CONTEXTO E RAÍZES

A educação Jesuítica está relacionada com o que se pode chamar de uma reação aos ideais da Renascença européia. A Renascença ou Período das Luzes é o período compreendido entre os séculos XIV e XVI. “Compreende o movimento literário, artístico e filosófico que se originou na Itália, com base no desenvolvimento pessoal de reação contra todo o tipo de autoritarismo”. (LAGO, 2002, p.53) Leva esse nome por representar, inicialmente, a retomada dos valores greco-romanos, colocando o homem como centro, como medida de todas as coisas, em contraposição às concepções predominantemente teológicas da Idade Média. A Renascença marca centralmente a busca pela individualidade e confiança para com o poder da razão.

Segundo Lago (2002), este período representou a evolução do método científico de investigação, o início da revolução científica. A idéia de que a natureza é regida por leis próprias provoca a erosão do mundo medieval e gera uma forte crítica à estrutura autoritária da Igreja, centrada no poder Papal. O homem se descobre como indivíduo, capaz de, pelo conhecimento, transformar a realidade segundo seus interesses.

Além de decisivo para desenvolvimento da civilização moderna, na educação, o renascimento representou a retomada do ideal educativo grego. O cuidado com o corpo, a formação do homem perfeito e uma educação humanista⁵ levou ao estudo das literaturas clássicas, o domínio das línguas e literatura e desenvolvimento de uma nova vida orientada pela razão e não mais pela fé. Ainda é importante lembrar que a ação educativa voltou-se para o que se considerava “superior”, a cultura européia.

⁵ “Humanismo (do latim humanistas) Movimento intelectual que surgiu no Renascimento. Lutando contra a esclerose da filosofia escolástica e aproveitando-se de um melhor conhecimento da civilização greco-latina, os *humanistas* (Erasmus, Tomás Morus etc.) se esforçaram por mostrar a dignidade do espírito humano e inauguraram um movimento de confiança na razão e no espírito crítico. Na filosofia designa toda doutrina que situa o homem no centro de sua reflexão e se propõe por objetivo procurar os meios de sua realização; na linguagem universitária, designa a idéia segundo a qual toda formação sólida repousa na cultura clássica (chamada de humanidades). Numa palavra, o humanismo é a atitude filosófica que faz do homem o valor supremo e que vê nele a medida de todas as coisas”. (JAPIASSÚ, 1996, p.84)



Este período ainda vê o surgimento da revolução comercial do século XVI, a decadência do feudalismo, a pólvora que fragiliza a nobreza feudal, a imprensa e o papel ampliam a difusão da cultura. A bússola permite aumentar as distâncias com maior segurança. Os caminhos para as Índias, a conquista da América e o enriquecimento da burguesia.

É neste contexto que surge a divisão da igreja ocidental em meio a um conflito de natureza político-ideológica. Esta divisão ficou conhecida como Reforma e Contra-Reforma. A Reforma, movimento iniciado no século XVI e encabeçado por Lutero, ficou conhecido como de rebeldia, questionamento e libertação do poder da igreja católica. Lutero também recebe a adesão dos nobres, interessados no confisco dos bens do clero. As divergências não eram apenas religiosas, mas representavam as alterações sociais e econômicas que mergulhavam a Europa.

O que começou como reforma religiosa, configurou-se como luta pela liberdade de consciência e de supremacia política e econômica, de aspirações sociais e nacionais. Este movimento também possibilitou em impulso para um novo sistema escolar, baseado na igualdade. A Reforma Protestante crítica da Igreja Medieval, propõe o retorno às origens por meio da consulta direta ao texto bíblico, sem a intermediação estabelecida pela tradição cristã. Surge a característica da defesa da personalidade autônoma, que repudia a hierarquia e restabelece o vínculo direto entre Deus e o fiel. Este movimento foi germe para popularização da instrução, introduzindo o ideal de educação para todos e como atributo do estado.

Frente a este contexto, a igreja católica reagiu com o movimento que ficou conhecido como contra-reforma. Foi uma reação da igreja católica a fim de recuperar o poder perdido. Teve por diretrizes, tomadas no Concílio de Trento (1545-1563), reafirmar os princípios da fé e a supremacia Papal por meio da criação de seminários, colégios e da inquisição atuante em Portugal e Espanha.

A igreja católica condenou severamente a Reforma e providenciou a reorganização das escolas com base nas antigas tradições. O movimento chamado de Contra-Reforma, que durou por volta de dois séculos, pretendia o retorno a situação anterior ao Humanismo, no sentido de suprimir o espírito crítico da razão e submeter a religião aos ditames da autoridade eclesiástica.



A luta entre católicos e protestantes se deu, mais diretamente, no campo educacional. A Contra-Reforma instituiu o que ficou conhecido como Companhia de Jesus ou Jesuítas, fundada por Inácio de Loyola em 1540. A Companhia de Jesus surgiu como instrumento de luta contra a Reforma e seu fundamento consistia na máxima que tudo deve ser feito *para maior glória de Deus*.

Este ideal previa o desaparecimento do indivíduo como personalidade autônoma e crítica. Seu principal objetivo era controlar por meio da educação, o povo em geral e, em especial, os nobres e a alta burguesia, facções propícias ao ideário protestante. Pode-se dizer que a Contra-Reforma foi um forte movimento de resgate da hegemonia da igreja católica, em detrimento de toda inovação política, ideológica e cultural.

A EDUCAÇÃO JESUÍTICA NO BRASIL COLÔNIA

Quando a terra-mãe era nosso alimento, quando a noite escura formava o nosso teto, quando o céu e a lua eram nossos pais, quando todos éramos irmãos e irmãs, quando nossos caciques e anciãos eram grandes líderes, quando a justiça dirigia a lei e a sua execução, aí outras civilizações chegaram. Com fome de sangue, de ouro, de terra e de todas as riquezas, trazendo em uma mão a cruz e na outra a espada, sem querer conhecer ou aprender os costumes de nosso povo. (Trecho da Declaração Solene dos Povos Indígenas)

Para os portugueses o Brasil seria o paraíso bíblico, buscado por muitos navegadores e exploradores. De acordo com Holanda (2000), para os teólogos da idade média não se representava o paraíso terreal em um mundo intangível, incorpóreo, perdido no começo dos tempos, nem simplesmente alguma fantasia vagamente piedosa, e sim uma realidade ainda presente em sítio recôndito, mas porventura acessível. Representado por numerosos cartógrafos, afincadamente buscados pelos viajantes e peregrinos, pareceu descortinar-se, enfim, aos primeiros contatos dos europeus com o novo continente.

Américo Vespúcio em carta que ele descreve para Lourenço de Médici, em 1504, deixa clara a primeira impressão que teve sobre a gente e a terra do Brasil.



Para ele, e para o imaginário de muitos exploradores, o paraíso poderia ser encontrado nas Américas.

Extremamente fértil e aprazível é a terra. As árvores, mormente ali vicejam sem cultura, e muitas dão frutos de agradável gosto e úteis ao corpo humano; outras, porém, nada produzem e nenhuns frutos ali existem semelhantes aos nossos. Pululam também, naquelas plagas, inumeráveis modalidades de ervas e raízes de que fabricam pão e excelentes alimentos. Têm eles, outrossim, muitas sementes, de todo em todo diversas das nossas. As árvores todas são ali odorosas e destilam goma, óleo ou outra essência, cujas propriedades, se conhecidas nos fosse, serviriam para guarnecer o corpo humano em minha opinião. E, em verdade, se o paraíso terrestre está localizado em alguma parte da terra, julgo que não dista muito daquelas regiões. (Castro, 1969, p.36).

Dessa espécie de ilusão originária haveriam de partilhar indiferentemente os povoadores de nossa América, marcando vivamente o começo da expansão das nações ibéricas no continente. Era inevitável, não obstante, que o mundo paradisíaco chegasse a imprimir traços comuns e duradouros à colonização das várias regiões correspondentes a atual América Latina e com isso afirmando a teoria que estava na América e mais precisamente no Brasil, o Paraíso. Sendo um paraíso, tudo aquilo que era encontrado, poderia ser usufruído, para o prazer e deleite dos conquistadores.

Para os desbravadores, estas terras, representavam a propriedade, a possibilidade do poder e de autoridade do dono de terras. Como era tida terra de ninguém os que para aqui vieram procuravam imitar hábitos da camada nobre de Portugal, hábitos aristocráticos de vida.

No dia 29 de março de 1549, desembarcaram na vila de Pereira, depois Vila Velha, quatro padres e dois irmãos da Companhia de Jesus, liderados por Padre Manuel da Nóbrega. “Vinhm os religiosos na armada do primeiro governador-geral Tomé de Sousa, e em pouco tempo começaram a exercer seu apostolado”. (CHAMBOULEYRON, 2004, pg. 55)

A vinda da Companhia de Jesus, ao Brasil colônia, esteve relacionada com os propósitos do governo de Portugal. Naquele momento, os padres e sua missão facilitariam a implantação e manutenção do modelo econômico escravista-mercantilista e a divulgação da fé e dos valores cristãos, ameaçados pela Reforma.



Além da conversão do “gentio” de um modo geral, o ensino das crianças, fora uma das primeiras e principais preocupações dos padres da Companhia de Jesus (...). Preocupação que, aliás, também se expressa no Regime do governador Tomé de Sousa, no qual o rei D. João III determinava que “aos meninos porque neles imprimirá melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos”. (CHAMBOULEYRON, 2004, PG, 56)

Foi esta determinação, de um governo preocupado com a manutenção da ordem, disciplina, domesticação para o serviço escravo e imposição da fé cristã, que marcou o início da formação da identidade brasileira. Os padres Jesuítas ocuparam papel central neste modelo de formação educacional, característica do ideal de pessoa e sociedade que se pretendia formar aqui no Brasil.

Naquele momento, os interesses implícitos e explícitos da ação jesuítica e do governo de Portugal não se faziam presentes aos gentios e crianças que aqui viviam. Assim como hoje, compreender a escolarização, suas origens, interesses, efeitos e, nesta imersão, perceber qual a herança deixada pelos jesuítas não é tarefa tão fácil de desempenhar.

De acordo com Ariès (1981) até o século XV os colégios, estabelecidos por doadores, eram considerados asilos para estudantes pobres. Os estudantes viviam em comunidades democráticas, inspiradas em regras monásticas. Não se ensinava nos colégios e, foi somente no século XV que estas instituições comunitárias ganharam contornos de institutos de ensino, em que se começa a submeter os estudantes a uma hierarquia autoritária e de ensino local.

Finalmente, todo o ensino das artes passou a ser ministrado nos colégios, que forneceriam o modelo das grandes instituições escolares do século XV ao XVII, os colégios dos jesuítas, os colégios dos doutrinários e os colégios dos oratorianos. (...) O estabelecimento de uma regra de disciplina completou a evolução que conduziu da escola medieval, simples sala de aula, ao colégio moderno, instituição complexa, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude. (...) no início aceitava sem dificuldade a mistura das idades. Chegou um momento em que surgiu uma repugnância nesse sentido (...) Desejava-se proteger os estudantes das tentações da vida leiga, (...) desejava-se proteger a sua moralidade. (...) as instituições de ensino, no início, consideradas meio de garantir a um jovem clérigo uma vida honesta, (...) adquiriu um valor intrínseco, tornou-se a condição imprescindível de uma boa educação, (...) tornou-se um instrumento para a educação da infância e da juventude em geral. (Áries, 1981, pg. 169)



A citação acima deixa a descoberto que a escola moderna não foi um processo construído “naturalmente”, no qual se objetivava inocentemente a transmissão desinteressada do conhecimento acumulado pela humanidade. Pode-se dizer que a escola moderna foi uma invenção a serviço do ensino, mas, em especial, de vigilância da disciplina e da moral.

Por isso, considera-se que não é possível pensar espaços/lugares/conteúdos alternativos, em direção a alteração de uma determinada ordem de organização e desenvolvimento escolar, sem uma inserção e compreensão histórica, das questões sociais, políticas, culturais e de poder que permearam o início da escolarização e se fazem ainda presentes. Nesta direção, acredita-se que a alteração de determinadas formas de pensamento e ação educacional passa pela reflexão e compreensão crítica da práxis, seus fundamentos teóricos e históricos, dos aspectos que se perpetuam, bem como, dos espaços de possível ruptura.

A educação jesuítica do Brasil colonial esteve relacionada com todo o movimento de emergência da escolarização no mundo. Os jesuítas tiveram grande influência na organização da sociedade brasileira e coube a eles orientar a população, desde os filhos dos senhores de engenho, colonos, escravos e índios, na fé cristã, na disciplina do corpo e do silêncio, nos valores morais, nas artes eruditas e nos costumes europeus. Aos índios coube, em especial, a catequese, a leitura e escrita e o idioma de Portugal.

Desde o início, o rei de Portugal estava convencido que a catequese era o jeito mais eficaz e de menor custo para o domínio dos povos nativos do continente americano. Portanto a catequese era uma obra fundamental, para Deus e para o rei. A rigor, seus benefícios se fizeram sentir antes para o rei do que para Deus, uma vez que a dúvida se os índios tinham alma só foi dirimida quando o projeto colonizador já estava decolando. (HECK, 2000, p.20)

Desde a chegada no Brasil, os portugueses e colonizadores colocaram o índio à mercê de três interesses. A metrópole desejava integrá-lo ao processo colonizador, os jesuítas desejavam convertê-lo ao cristianismo e aos valores europeus, e os colonos queriam usá-lo como escravo para o trabalho. A elite da época considerava-os seres sem alma, bichos, feitos para serem domesticados e



instruídos a base da violência e de opressão. De acordo com Ferreira (2001), as práticas educacionais objetivavam negar a diversidade indígena e incorporá-las à sociedade nacional.

No início os padres visitavam as aldeias e ensinavam as crianças a ler, a escrever, a contar e a doutrina cristã. Contudo, como o trabalho de conversão e adaptação do indígena para a lavoura exigia sua presença para um treinamento cotidiano e continuado, empenharam-se, em organizar aldeias, para atrair o indígena da região. Estas aldeias ficaram conhecidas como missões⁶. Além disso, organizaram escolas elementares e colégios e, acima de tudo, propagaram um projeto pedagógico uniforme, tão bem planejado que é possível perceber nos tempos atuais seus reflexos.

Com o tempo, o objetivo primeiro que era a obra da catequese, acabou cedendo lugar a educação da elite. Embora sua principal missão fosse a conversão dos índios, a fundação de colégios acabou por assumir, senão a primazia, importância comparada à outra. Pode-se dizer que a educação jesuítica acabou empreendendo-se na formação da elite letrada no Brasil, ou seja, dos padres e senhores de engenho. Uma concepção que acabou por assumir contornos elitistas, almejada por todos que procuravam *status*, como símbolo de classe e de distinção, que demarcou as raízes fundantes da organização do ensino nacional.

Diante deste cenário, pode-se dizer que o ensino no Brasil foi se constituindo instrumento de subjetivação e sujeição, visando atender aos interesses de uma elite. Segundo Di Giorgi (2004, p.109), “torna-se claro que a realidade de sala de aula é um simulacro de aprendizagem. O modelo “copiar, repetir, memorizar” é amplamente

⁶ As Missões foram edificações construídas sob o comando dos padres jesuítas na selva brasileira. Estas construções se organizaram por todo o litoral brasileiro, e ainda o Paraguai, Argentina e Uruguai. Objetivavam acolher os índios e cultivar o esplendor da arte e cultura européia e o desenvolvimento urbano ainda não conhecido. As reduções não eram aldeias, mas verdadeiras cidades que se instalavam nas selvas, com toda a infra-estrutura; além da igreja, que era o centro de tudo, havia hospital, asilo, escolas, casa e comida para todos e em abundância, oficinas e até pequenas indústrias. Fabricavam-se todos os instrumentos musicais, tão bem quanto na Europa, e até, imprimiam-se livros em plena selva, alguns até em alemão. Possuíam observatório astronômico e até editavam um boletim meteorológico. Foi nessas reduções que se começou a industrializar o ferro, a produzir os primeiros tecidos, e a se criar gado no continente. Ocupavam essas reduções as mais diversas tribos indígenas, desde guaranis, tapes, chiquitos, entre outros. (www.riogrande.com.br/historia/missoes_a.htm)



predominante, deixando quase nenhum espaço para o questionamento crítico, para o pensamento independente, para a criatividade”.

O governo de Portugal ao perceber como a educação vai se configurando importante meio de submissão e de domínio político, não intervém nos planos dos jesuítas. Permite que se estabeleça o ideário que à elite caberia o trabalho não braçal, próprio dos que ocupariam os futuros cargos políticos, religiosos, advocacia, economia, etc. Em suma, o poder político, econômico e cultural da colônia.

(...) Símbolo de classe, esse tipo de educação livresca, acadêmica e aristocrática foi fator coadjuvante na construção das estruturas de poder na colônia. Isso porque a classe dirigente, aos poucos, foi tomando consciência do poder dessa educação na formação de seus representantes políticos junto ao poder público. (Romanelli, 1978, p.36)

Infelizmente até hoje, a educação tem se estabelecido como instrumento para distinção de classe e exclusão social. O fato de a grande maioria da população não ter acesso à cultura, saúde, lazer, alimentação e educação de modo geral, revela que muito da tradição dos antepassados continua presente na organização da sociedade brasileira, sejam nas práticas pedagógicas realizada na grande maioria das escolas; nas diretrizes legais que orientam e organizam o ensino; nos discursos sobre a educação atual.

As raízes da educação Jesuítica, em especial, o comprometimento para com a formação da elite brasileira, marcaram profundamente a história da educação brasileira. Este desenho atingiu nossa educação, mais precisamente até a constituição de 1988. Para Moreira (1995), até o final dos anos 80 o Brasil ainda carecia de um ensino básico universal de boa qualidade e uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diante das reivindicações dos setores populares e sindicais, por políticas de caráter mais transparentes e participativas, com vistas à democratização do estado, nasce o texto da constituição de 1988.

Foi somente a partir de 1988 que surge no texto da constituição a possibilidade da participação pública em todos os espaços de decisão colegiada das instituições públicas, com exceção das instituições privadas. Também, pela primeira vez, se torna explícito o compromisso do Estado, em regime de colaboração com as famílias, para com a garantia de igualdade de condições de acesso, permanência na



escola e gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, desde o primário ao superior.

Esta realidade marca claramente o descompromisso, até aí, para com políticas públicas que garantissem a igualdade de condições educacionais no Brasil. Todas as constituições anteriores apontavam a necessidade da oferta do ensino público para todos. Contudo, no texto das mesmas, não se pronunciava as formas como os cofres públicos fariam para manutenção do ensino, oferta de novos estabelecimentos e contratação de profissionais adequados.

No Brasil, a educação jesuítica passou por dois momentos principais. A primeira fase iniciou em 1549 com a chegada dos jesuítas e perdurou até 1570, quando morre Pe. Manoel da Nóbrega.

Nóbrega elaborou um plano de ensino que caracterizou essa fase. Esse plano tinha início com o aprendizado do português, da doutrina cristã, a escola de ler e escrever, algumas vezes canto orfeônico e música instrumental, culminando, de um lado com a aprendizagem profissional e por outro lado à gramática latina a qual era destinada para aqueles que continuariam seus estudos na Europa. (SAVIANI, 2004, p. 126)

A infância era um tema em plena discussão neste período⁷. A descoberta da mesma como um estado/período diferenciado do adulto acabou por determinar que desta poder-se-ia esperar muito mais, em termos de aprendizagens e conversão, do que dos adultos. De acordo com Chambouleyron (2004), a proposta educacional de Nóbrega previa desde atividades do cotidiano, como caça, pesca, até doutrina, missa e procissões, articulados com o aprendizado das artes, leitura, escrita e cálculos, por meio de estratégias pedagógicas como a memorização e o catecismo dialogado.

A segunda fase caracterizou-se pela proposta pedagógica que, seguindo a orientação do Real Colégio das Artes de Coimbra, chamava-se *Ratio Studiorum*. Esta proposta foi dos anos de 1570 a 1759 e se constituía num manual de instrução que tinha como concepção, uma pedagogia tradicional característica de uma visão assistencialista de homem, na qual se compreendia que o mesmo era constituído por uma essência universal e imutável, em que todas as coisas já estavam prontas e

⁷ Para saber mais Ariés (1981)



determinadas. À educação, cabia apenas conformar os alunos segundo a essência universal. Buscava-se a perfeição humana para atingir a dádiva da vida celestial.

O *Ratio Studiorum* teve como base à unidade da matéria, a unidade do método. O assunto estudado deveria contemplar poucos autores, de preferência aqueles ligados ao pensamento oficial da Igreja, como Tomás de Aquino, bem como, princípios como a disciplina rígida, o cultivo da atenção e da perseverança nos estudos, o silêncio, a repetição e memorização, a cópia e o ditado, a competição, a premiação, a prova, o castigo, coadunado com o respeito a hierarquia e baseado na obediência, controle e meritocracia.

Com o passar do tempo, como muitos índios ao atingirem a juventude retornavam aos costumes e práticas de seu povo, se foi reforçando a hipótese que era preciso uma “conversão pela sujeição e temor (...). Essa perspectiva foi tomando consistência e organizando a estruturação de um rígido sistema disciplinar, (...) que desde o século XV, dependia de uma vigilância constante, da delação e dos castigos corporais. (CHAMBOULEYRON, 2004, PG, 69)

Nos dias atuais, os mecanismos de punição e vigilância têm assumido contornos muito mais sutis. Diferentemente do século XVI, a vigilância e a punição têm se manifestado por meio da mídia, da política, dos discursos da igreja, dos modelos/padrões de consumo, que acabam por revogar as melhores formas de lidar com a diversidade de culturas, de classe social, de maneiras de ser, das questões relativas a gênero, raça, etnia, sexualidade. Neste contexto, se nós educadores, não estivermos atentos, seremos facilmente levados a pensar, agir e ensinar de acordo com interesses para nós pouco explícitos e questionados.

Entre 1554 e 1570 os jesuítas fundam cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo de Piratininga) e três colégios (no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia). O currículo dividia-se em duas seções ou classes distintas. Nas classes inferiores, com duração de seis anos, ensinava-se retórica, humanidades, gramática portuguesa, latim e grego. Nas classes superiores, com três anos, os alunos aprendiam matemática, física, filosofia, que incluía lógica, moral e metafísica, além de gramática, latim e grego.

No Brasil, persevera até hoje uma infinidade de colégios, universidades, centros de reflexão social, casas para retiros espirituais, paróquias, etc, ligadas à



ordem jesuíta. Pode-se encontrar, dividido em quatro províncias e um distrito, uma infinidade de instituições. No Brasil as províncias estão divididas em: Brasil Centro-Leste (SP, MG, RJ, DF, GO e TO), Brasil Meridional (PR, SC, RS, MT, MS e RO), Brasil Setentrional (CE, RN, PB, PE, AL e SE), Brasil Leste-Equatorial (Bahia) (AP, MA, PI, BA e ES) e Distrito da Amazônia (AC, AM, RR e PA).

Muito da proposta educacional jesuítica se percebe presente nos diferentes estabelecimentos de ensino, sejam eles públicos ou privados. É uma constante, no interior das escolas, o interesse e ocupação para com a formação de valores, a imposição de uma disciplina do corpo, da perseverança nos estudos, de hierarquias e, pedagogicamente, estratégias didáticas como: o aluno “líder”, exemplo a seguir e delator, a memorização, a competição, o silêncio, etc.

A EXPULSÃO

Em 1759, o Marquês de Pombal, expulsa os jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios, destruindo completamente a organização educacional existente em terras brasileiras. Sebastião de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, comandou durante 27 anos a política e economia portuguesa. Ele foi nomeado por D. José I (1750-1777), primeiro ministro de Portugal, no qual reorganizou o Estado e protegeu os grandes empresários, criando as companhias monopolistas de comércio. De acordo com Gauer

O projeto de reformas implantadas por Pombal, pressupunha um dinamismo próprio da velocidade moderna e almejava a homogeneização da sociedade. Entre as estratégias utilizadas por Pombal temos: a homogeneização do Estado, a organização das grandes instituições sociais nesse caso, a reorganização da Universidade e do ensino do Reino. Essas reformas atingiram o Brasil ocasionando algumas transformações. (GAUER, 2004, pg. 148)

A colônia era peça importante na política econômica de Pombal. Além da criação das companhias de comércio, que, privilegiadas pelo monopólio, tinham liberdade de taxar os preços de compra e venda dos produtos, houve o aumento da cobrança de impostos, na região das Minas, onde foram criadas as casas de fundição e fixadas quotas anuais de produção de ouro.



O estado português, representado pelo rei, chamou para si a responsabilidade de realizar a reforma do ensino em geral e da universidade; a ação do estado teve como principal função a organização de uma equipe de especialistas chefiada pelo Marquês de Pombal, que reformou o ensino vinculando-o aos interesses da época, cujo objetivo fundamental consistia em implantar um ensino laico que levasse ao progresso. Dados esses pressupostos e tomando a linha da concepção de ciência que a comissão responsável pela Reforma demonstrou, é possível perceber que Pombal e equipe de reformadores que o assessorava concebiam o campo científico como o caminho para construir o verdadeiro homem, o progresso econômico e social, a felicidade humana, o encontro do verdadeiro Deus, assim como para chegar ao conhecimento da verdadeira natureza. Na visão dos reformadores, a ciência teve um sentido, o de solucionar os problemas humanos, de transformar a história da civilização portuguesa; nessa civilização estavam incluídas as colônias onde o Brasil se insere. (GAUER, 2004, pg. 149)

Em conformidade com uma política de consolidação do domínio português no Brasil, Pombal por meio do Tratado de Madrid, ampliou as fronteiras econômicas, tanto no Norte quanto no Sul, entrando em confronto direto com as missões jesuíticas. Acusando os jesuítas de conspirar contra o Estado, expulsou-os de Portugal e de seus domínios em 1759, confiscando seus bens. A França, a Espanha e os demais países europeus adotaram a mesma medida, e o próprio Vaticano extinguiu a ordem em 1773.

O controle das missões passou para os funcionários do governo. As capelas tornaram-se paróquias, com vigários nomeados pelo rei; os indígenas deveriam deixar de ter "nomes bárbaros", passando a ter nomes portugueses; as línguas nativas foram proibidas e a língua portuguesa tornou-se obrigatória. Os caciques viraram capitães e juízes, e as lideranças passaram a ser vereadores municipais. Todos os indígenas, a partir daquele momento, se tornariam cidadãos portugueses.

Na visão de Portugal, este seria o fim do "atraso" no Brasil. A educação, que no Brasil era quase inteiramente de responsabilidade dos jesuítas, sofreu um grande recuo. Vinte anos após a expulsão, em toda a Bahia não havia mais que dois professores. Várias escolas foram fechadas e as bibliotecas dos conventos foram abandonadas ou destruídas.

Como não se contava com infra-estrutura e professores especializados, ficaram uma grande lacuna nos serviços educacionais, cuja solução, posteriormente encontrada, foi instituir aulas régias, avulsas, sustentadas por um



novo imposto colonial, o “subsídio literário”. Essas aulas deviam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios. Através delas, a mesma reduzida parcela da população colonial continuava se preparando para estudos posteriores na Europa.

Sem sistematização, sem frequência definida, sem pessoal docente em quantidade e qualidade suficientes, a instrução no país foi drasticamente limitada, até 1799, quando as licenças para docentes passaram a ser concedidas pelo vice-rei.

Com a vinda de D. João VI para o Brasil, em 1808, houve investimentos no ensino técnico e no superior; foi criada a Academia da Marinha e a Academia Militar, para atender as necessidades de defesa militar do reino. No entanto a educação do povo, com estudos primários e médios, ficou esquecida. Durante todo o período colonial houve poucos e localizados avanços educacionais, com criação de algumas salas e graus.

PARA MAIOR GLÓRIA DE QUEM? : CONSIDERAÇÕES DESTE PROCESSO

A investigação da educação brasileira, em especial do período jesuítico, permitiu perceber que o discurso da escola como instituição legitimada socialmente para conduzir as novas gerações ao saber elaborado, sistematizado e historicamente produzido pela humanidade constitui-se como engodo.

Esta instituição que no imaginário teve o papel de socializar e democratizar o conhecimento, se investigada em suas origens revela que o sistema educacional brasileiro carrega em si características de um ensino pensado, idealizado e criado para atender aos interesses de alguns sobre o domínio de outros.

Nos dois séculos que permaneceu no Brasil, a educação jesuítica, tomou os rumos de uma educação elitista, aristocrática e colonizadora, nada atenta aos interesses e necessidades do povo brasileiro.

As características do modelo pedagógico e organizacional do ensino jesuítico, bem como das ideologias e interesses que permearam sua constituição e permanência no Brasil, por mais de dois séculos, ainda permanece vivo em boa parte das escolas brasileiras e concepções educacionais.



No caso do Brasil, pode-se dizer que o mergulho histórico permitiu compreender que a educação dos séculos XVI ao XVIII previa a formação de um ser “dócil” e “educado”. A ênfase foi na formação individual, na idéia de que é preciso controlar individualmente as “almas”. No fundo, objetivava-se descobrir os “dons” e “vocações” que serviriam a Deus, possíveis de serem descobertas pelos guias espirituais, os padres jesuítas.

Infelizmente, ainda hoje se percebe em muitas propostas educacionais a idéia de que a educação deve ser a possibilidade de desvelamento dos dons e capacidades individuais a serviço do bem. Neste processo, o professor é tido como aquele que é o principal responsável por este desvelamento. Aquele que tem o “Dom” de descobrir o bem e orientar o melhor caminho.

Em pesquisa a cerca dos objetivos que regem as escolas jesuítas no Brasil encontramos:

Um dos objetivos da formação cristã presente em todas as instituições jesuítas é não apenas ajudar jovens e adultos a praticar individualmente sua fé, mas torná-los cada vez mais conscientes das exigências de sua vocação cristã que é essencialmente apostólica, missionária. (<http://venus.rdc.puc-rio.br/jesuítas>)

Esta citação torna explícita a lógica da vocação como a melhor opção a serviço do bem. É interessante como a obra da missão ultrapassa séculos e permanece viva e atuante. Ainda é mais intrigante o fato de, socialmente, estes modelos de formação constituírem-se exemplo de respeito e excelência em termos de ensino e educação. Para Silva (2003), o que não se pode negar é que toda a obra jesuítica foi um exemplo de política educacional consistente e definida, de acordo com os objetivos políticos e desejos formativos que se tinha na época.

Pode-se dizer que carecemos de estudos que permitam compreender que as escolhas educacionais e a forma de organizar os tempos/espacos escolares e os conteúdos pedagógicos não é nunca neutra e sim resultado de inter-relações com outras instituições sociais e relações de poder. De forma explicita ou não, o ato educativo é sempre um ato de controle social, de imposição de um modelo, de um ideal a seguir, na medida em que na escolarização se cruzam sempre conteúdos políticos, sociais e culturais, condutores do fazer e ensinar.



Por isso, compreender o momento atual e que forças o regem deve se constituir movimento permanente. É preciso que nós, professores, façamos constantemente um exercício de reflexão e compreensão de nossas ações e opções pedagógicas. Talvez por meio do questionamento constante e da investigação dos fundamentos históricos da educação brasileira, possamos compreender os impactos que a mesma encerra sobre todos os seres humanos e dos que ainda terá sobre a educação no futuro.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

CASTRO, Therezinha de. **História documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1969.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DI GIORGI, Cristiano. **Uma Outra Escola é Possível: uma análise radical da inserção social e da democracia na escola do mundo globalizado**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A Educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: _____(Org.). **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Mari/Fapesp, 2001.

GAUER, Ruth M. Chittó. O Pensamento Iluminista Português e a Influência na Formação da Intelectualidade Brasileira. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. I - Séculos XVI-XVIII**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do Paraíso: os motivos edenicis no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HECK, Egon Dionísio. 500 Anos de Conquista e Dominação. In: RAMPINELLI, José Waldir e OURIQUES, Nildo Domingos (Orgs.). **Os 500 Anos: a conquista interminável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

LAGO, Clenio. **Locke e a Educação**. Chapecó, SC: Argos, 2002.

MISSÕES: A HISTÓRIA EXTRAORDINÁRIA DO RIO GRANDE. Visão geral das reduções guaranis. Disponível em: www.riogrande.com.br/historia/missoes_a.htm. Acesso em: 03 de novembro de 2005.

MOREIRA, Antonio F. Barbosa. **Currículo e Programas no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

OS JESUÍTAS NO BRASIL. Disponível em: <http://venus.rdc.puc-rio.br/jesuitas>. Acesso em: 03 de novembro de 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil. (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

SAVIANI, Demerval. Educação e Colonização: As Idéias Pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. I - Séculos XVI-XVIII**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SILVA, Maria A. **Do Projeto Político do Banco Mundial ao Projeto Político-Pedagógico da Escola Pública Brasileira**. Cedes. Campinas, SP. v. 23, n.61, p. 283 – 301, dezembro, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.